



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 50

SÁBADO, 22 DE MAIO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 88ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Realização do I Encontro Nacional das Cooperativas de Eletrificação Rural, a realizar-se em Brasília, DF.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Predominância de atos políticos sobre os administrativos, em Vilas do Território de Rondônia.

DEPUTADO VASCO AMARO — Defesa da implantação, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo CONSIDER, de unidade metalúrgica para a industrialização do cobre no País.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Noticiário da Imprensa sobre ocorrências desrespeitosas às prerrogativas de advogados no exercício de sua profissão.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de maior fiscalização às transportadoras, em benefício da classe dos carreteiros.

DEPUTADO JOSÉ MAURÍCIO — Situação de desmerecimento a que foram relegados os Juízes do antigo Estado do Rio, em relação aos magistrados da ex-Guanabara.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se, hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 30/76-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa, altera disposições fiscais previstas no Decreto-lei nº 1.338, de 23

de julho de 1974, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 89ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Necessidade de fixação de preço mínimo para o feijão. Importação de carne uruguaia pelo Brasil.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Correspondência recebida do DNER, sobre providências adotadas por este Órgão, tendo em vista pronunciamento de S. Exª sobre a precariedade das rodovias do País.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Discurso proferido por S. Exª, como paraninfo da turma de concluintes do Colégio Nossa Senhora das Dores, em Bezerros—PE.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Projeto de lei de autoria de S. Exª, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que torna obrigatória a inscrição de preços nas máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se dia 24, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Propostas de Emendas à Constituição nºs 57, de 1975, que altera a redação do parágrafo único do artigo 92, da Constituição; e nº 9, de 1976, que estabelece o serviço militar voluntário em tempo de paz a todos os brasileiros. **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre

Cr\$ 100,00

Ano

Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre

Cr\$ 200,00

Ano

Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

ATA DA 88ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1976 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz

Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA, Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra —

ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB; Dayl de Almeida.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB;

Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Ávaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer —

MDB; Jairo Brum — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Ha oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Organização das Cooperativas Brasileiras vai realizar o I Encontro Nacional das Cooperativas de Eletrificação Rural, importante iniciativa que está fadada a prestar os maiores serviços ao homem do campo.

Sobre o conclave; recebi o seguinte convite:

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
S.C.S.—Edifício Baracat — Salas 1.202/3/6/7 — Telefone: 25-0275
70.000 — Brasília — DF

OF/587/76-OCB.

Brasília (DF), 13 de maio de 1976

Senhor Presidente:

Levamos a seu conhecimento que esta Organização, cumprindo as atribuições que lhe são conferidas e atendendo à recomendação do VII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, fará realizar, nesta Capital, o I Encontro Nacional das Cooperativas de Eletrificação Rural.

Dada a relevância do conclave e à sua correlação com as atividades de Vossa Senhoria, honra-nos convidá-lo a participar de seus trabalhos e do ato solene de encerramento que se desenvolverão de acordo com o programa anexo.

Na certeza de contarmos com a sua honrosa presença, colhemos o ensejo para apresentar as mais

Cordiais Saudações, — José de Campos Melo, Diretor-Executivo.

O I Encontro se realizará no salão vermelho do Hotel Nacional e obedecerá ao seguinte programa:

"I ENCONTRO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

PROGRAMA

DATA: 25 e 26 de maio de 1976

LOCAL: Salão Vermelho do Hotel Nacional

DIA	HORÁRIO	EVENTO
25/5	08:00 às 09:45	Apresentação de Credenciais e Inscrição
	10:00 às 10:30	Instalação do Encontro pelo Presidente da OCB
	10:45 às 12:00	A Política Tarifária e as Cooperativas de Eletrificação Rural

DIA	HORÁRIO	EVENTO
26/5	12:00 às 14:30	Almoço
	14:30 às 16:40	Federações e Confederações de Cooperativas de Eletrificação Rural
	16:45 às 17:00	Café
	17:00 às 19:00	Base Jurídica das Cooperativas de Eletrificação Rural
	21:00	Projeção de Diapositivos e Filmes
	08:30 às 10:00	Sistema de Apoio às Cooperativas de Eletrificação Rural
	10:00 às 10:15	Café
	10:15 às 12:00	Padronização de Materiais e Serviço
	12:00 às 14:30	Almoço
	14:30 às 16:45	Relacionamento Cooperativas e concessionárias
	16:45 às 17:00	Café
	17:00 às 18:00	Comunicações Diversas
27/5	18:30	Encerramento Solene pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura
	21:00	Projeção de Diapositivos e Filmes
	09:00	Visita à Fábrica de Transformadores da TRAFOS/A, em Anápolis — GO
	12:00	Churrasco na TRAFOS/A

Ao fazermos este registro congratulamo-nos com a Organização das Cooperativas Brasileiras pela feliz e oportuna iniciativa, formulando votos para que o conclave alcance seus altos objetivos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em inúmeros pronunciamentos analisamos a situação de abandono das Vilas de Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Presidente Médici, Cacoal e Vila de Rondônia, todas no Território que representamos nesta Casa.

A falta de água em Vilhena, a sua grilagem urbana, o abandono e marginalização dos colonos do Projeto Colorado, arbitrariedades policiais, ausência de quaisquer obras do Governo do Território e da Prefeitura de Porto Velho, além do predomínio da corrupção, sendo esse o quadro que se depreende de uma visita a Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste e Cacoal.

A situação dessas vilas é de marginalização e abandono. Alega-se que essas localidades não foram contempladas com os recursos do POLAMAZÔNIA, portanto não podem receber obras e amparos do Governo do Território, daí o seu abandono completo.

A estrada de acesso para Espigão D'Oeste está acabada e não se vê a iniciativa de sua recuperação e conservação, ou ao menos para cobrir seus imensos buracos, crateras mesmo.

O atual Delegado de Polícia de Espigão D'Oeste, por deliberação ou coincidência, foi o maior contribuidor para o massacre da Vila pela polícia em 1975.

O Prefeito de Porto Velho, fazendo uma campanha política *suu* generis e não tendo a coragem de se filiar a partidos políticos, entidades destinadas por lei para se fazer política, saiu pelo interior, a fundar Conselhos Comunitários sem qualquer base legal, fazendo assim seus próprios diretórios para erguer-lhes louvores.

É estranho que um Prefeito visite o interior, não para solucionar os seus problemas e sim para criar Conselhos Comunitários sem

qualquer atribuição legal, e é engraçado verificar que o Prefeito nos considerando da criação desses Conselhos Comunitários, que transcrevo, fala na criação de lideranças locais que precisam ser estimuladas e se esquece de que as lideranças têm o local próprio para serem treinadas e esse não pode ser outro, senão as fileiras dos partidos políticos existentes no País. Os considerandos ainda aludem à criação de bases democráticas para a implantação de municípios e criam um Conselho Comunitário de Nomeação. É estranho alguém falar em Democracia e escolher os membros de um Colegiado, excluindo a via eletiva, e preferindo nomear os membros desse Conselho por uma escolha de "bolso-de-colete" do Prefeito.

Transcrevo os considerandos da criação desses Conselhos, por ser uma peça ~~em~~ **generia** elaborada pelo Prefeito de Porto Velho. Seriam esses Conselhos subdiretórios da ARENA? **Verbis:**

"Considerando a fase de crescimento da localidade de Espigão D'Oeste;

Considerando sua posição em relação à sede Administrativa;

Considerando ser necessário sua integração no Município;

Considerando a urgência de caracterização de lideranças representativas;

Considerando ser indispensável a implantação de bases Democráticas para seu futuro de Município;

Considerando que o Conselho Comunitário será órgão Coordenador e Propositor;

Considerando finalmente, que a criação do Conselho Comunitário de Espigão D'Oeste, não trará ônus para os cofres municipais;..."

Como se vê, o Prefeito está mais preocupado em criar Conselhos Comunitários, sucursais da ARENA do que mesmo em resolver os problemas das Vilas do interior, que aliás esta é a sua verdadeira atribuição.

O que as Vilas reclamam é a sua elevação à condição de Municípios, com a criação das Câmaras de Vereadores eleitas pelo voto livre do povo. Mas o Prefeito não pensa desse modo, prefere viajar sempre acompanhado de numerosa caravana, com diárias pagas pelo Município, com o pretexto de fundar Conselhos Comunitários, minidiretórios da ARENA e que nada solucionam em favor das populações das Vilas, pois nem sequer têm atribuições legais para solucionar qualquer problema. Os diretórios partidários legalmente constituídos têm atribuições legais para versar os problemas das Vilas, o que não ocorre com os Conselhos Comunitários do Prefeito.

Esses Conselhos são tão frágeis que quando, em seu âmbito, se aborda um problema sério, as suas reuniões se desfazem e nada resolvem. Basta ver o exemplo de Vilhena, que numa dessas reuniões feitas mais para louvores do que para analisar e solucionar graves problemas, um elemento levantou e pediu a palavra e denunciou a grilagem urbana feita na Vila por Gilberto Barros, protegido do Prefeito, que estava presente juntamente com o Governador do Território. O resultado foi não resolverem nada, apoiarem Gilberto Barros e terminar com a reunião, e até hoje prossegue a grilagem urbana feita por Gilberto Barros, agora fortalecido pelo apoio do Governador e Prefeito, que, depois dessas denúncias, ainda lhes deram uma camionete cabine dupla, para andar em Vilhena.

Em Espigão D'Oeste, a Caravana do Prefeito para criar Conselho Comunitário fez uma reunião e todos os problemas suscitados, ele dizia que a solução não era com a Prefeitura. A reunião terminou numa piada. Quando lhes solicitaram a reconstrução de uma ponte que estava prestes a cair, o Prefeito disse-lhes que não podia reconstruir a ponte, e asseverou: "Vocês reconstruam a ponte que mandaremos um Engenheiro para inaugurá-la..." — É ou não uma piada...

Essa resposta do Prefeito causou decepção e indignação. Hoje o povo indaga: "Mas afinal, o que o Prefeito veio fazer aqui?" Os nomes para integrar os Conselhos Comunitários não são escolhidos

mediante eleição, saem do "bolso-do-colete" do Prefeito e, às vezes, os que mais merecem figurar nesses Conselhos, são marginalizados, como ocorreu por exemplo em Pimenta Bueno...

Para o Governo do Território e a Prefeitura de Porto Velho, parece que só existe uma Vila no interior, essa seria Ariquemes. Aliás, Ariquemes merece o apoio da administração. Agora só amparar Ariquemes e desprezar as demais comunidades do interior é uma tremenda injustiça. O povo de Vila de Rondônia, que está sem administrador, foi privado até da máquina de asfalto, transferida também para Ariquemes. O Governo do Território só se lembra de Ariquemes e esquece no abandono as Vilas de Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Vila Médica e Vila de Rondônia. O Dr. Walteyr que estava trabalhando em Vila de Rondônia, foi destituído do cargo.

Os jornais de Porto Velho, edição de 15 e 16 de maio último fazem uma tremenda publicidade a respeito de Ariquemes. Como disse, é justo que se ampare Ariquemes; agora, está havendo uma tremenda injustiça com o abandono devotado às demais Comunidades da BR-364 no Território. Nas demais Vilas do Interior, o Prefeito e o Governador só aparecem para fazer anotações de seus problemas, nunca aparecem ali com soluções dos graves problemas que afligem as populações. Até quando irão fazer viagens apenas para anotações dos problemas das Vilas? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vasco Amaro.

O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O CONSIDER decidiu a implantação de duas unidades metalúrgicas para a industrialização do cobre no País. Uma já foi montada, muito justamente, na Bahia onde há reservas que justificam essa providência. A segunda, sem dúvida nenhuma, deve caber ao Rio Grande do Sul, posto que ali já três organizações estão fazendo prospecções, sondagens e explorando petróleo: a Companhia Riograndense de Mineração — do Governo do Rio Grande do Sul que destinou, para este ano e para esse fim, 10 bilhão e 200 milhões de cruzeiros —; a Companhia Brasileira de Cobre, e a Rio Doce — Geologia e Mineração.

No meu Estado deve existir uma reserva que poderá ser aumentada, com as sondagens que estão sendo feitas, de 125 mil toneladas, nos Municípios de Caçapava do Sul e Lavras.

Segundo SUTULOV, o consumo de cobre **per capita** traduz o desenvolvimento técnico, industrial e social de um país.

Em brilhante e precisa exposição feita pelo ilustre titular da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, o Engenheiro Walter Jobim Filho, uma das melhores figuras do Governo Sinval Guazelli — e para ser uma das melhores figuras do Governo Sinval Guazelli, tem que, de fato, ser um homem da melhor capacidade e categoria, visto que o nosso Governador escolheu o seu secretariado com rara felicidade dizia, o Secretário Walter Jobim Filho, prestou depoimento perante a Assembléia Legislativa gaúcha, demonstrando, de sobejo, a posição do Rio Grande do Sul e como se justifica a instalação dessa Siderurgia no meu Estado.

O consumo de cobre **per capita** no País, vem pontado pelos Estados Unidos, com 10 quilos: a Europa com 7, o Brasil, ocupa o terceiro lugar, com 2,5. Depois vem a China com 0,3 quilos.

Sr. Presidente, solicitaria a V. Exª concordasse em dar como lida, fazendo parte do meu pronunciamento, a magnífica, concisa e brilhante exposição do Secretário Walter Jobim Filho na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — V. Exª será atendido de acordo com as normas estabelecidas.

O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS) — Agradecido a V. Exª

**"DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
VASCO AMARO EM SEU PRONUNCIAMENTO"**

**Pronunciamento do Exmº Sr. Secretário de Estado de
Energia, Minas e Comunicações perante a Comissão do Cobre,
na Assembléia Legislativa do Estado, em 13-5-76.**

Reserva potencial: 125 milhões de toneladas de minério de cobre, com teor médio de 1%.

Reserva medida: 34 milhões de toneladas de minério.

Senhor Presidente.

Senhores Membros da Comissão Especial.

É com grande satisfação que compareço perante esta Comissão Especial no dia de hoje. Mais uma vez, o Poder Legislativo Gaúcho traz seu concurso inestimável para somar esforços com o Executivo e o empresariado rio-grandenses, na colimação de um grande objetivo: reivindicar para o Rio Grande do Sul a instalação de uma unidade de metalurgia do cobre.

Como sabem Vossas Excelências, representa o cobre o segundo item nas importações brasileiras de substâncias minerais, situando-se logo após o petróleo.

Em 1974, o consumo aparente de cobre foi de 192.800 toneladas, dos quais a importação representou 139.000 toneladas, no valor de 276 milhões de cruzeiros.

A produção brasileira de cobre primário é, no entanto, praticamente nula.

A mineração e a concentração do minério limitam-se ao Rio Grande do Sul, cuja atividade extrativa encontra-se transitoriamente suspensa, com a finalidade de reorganizá-la em termos adequados.

A decisão do CONSIDER em promover a instalação, no Brasil, de duas unidades metalúrgicas, com a produção anual de 100.000 toneladas de cobre refinado, em cada uma delas, tem a finalidade de garantir ao País a auto-suficiência nesse setor, pois o restante do consumo poderá ser coberto pela recuperação secundária.

Surge, em consequência, o problema da localização das referidas unidades metalúrgicas, candidatando-se nosso Estado a sediar uma delas, face a uma série de condições favoráveis, já expostas perante esta Egrégia Comissão.

Na qualidade de Secretário de Energia, Minas e Comunicações, cabe-me tratar, especificamente, da atuação do Governo do Estado no setor mineral e, nesse sentido, ao organizar a proposta do Plano de Ação do Governo, ao Excelentíssimo Senhor Governador Sinval Guazzelli, foi atribuído destaque especial à prospecção das jazidas de cobre.

Para acelerar as pesquisas, que vinham sendo realizadas pela Companhia Rio-grandense de Mineração, com recursos próprios, tive a honra de submeter ao Conselho de Desenvolvimento do Estado, juntamente com o Titular da Secretaria de Coordenação e Planejamento, proposição no sentido de serem destinados Cr\$ 10.200.000,00, ainda no corrente exercício, para aquele fim.

A proposta mereceu a devida aprovação e os trabalhos passaram a se desenvolver em novo ritmo, compatível com os superiores interesses do Estado e do Brasil.

Trabalhando em perfeita sintonia com as demais empresas que se dedicam à pesquisa do cobre no Rio Grande do Sul, Companhia Brasileira do Cobre e Rio Doce Geologia e Mineração S.A., deverá a Companhia Rio-grandense de Mineração contribuir decisivamente para que nossas reservas atinjam, a curto prazo, valores que justifiquem a instalação de uma unidade de grande porte de metalurgia de cobre em nosso Estado.

Tais reservas, por outro lado, tendem a crescer com os próprios trabalhos de mineração, como tem sucedido, sistematicamente, nas mais diversas regiões do Globo.

Cabe ressaltar, outrossim, que será necessário contar com minério importado, à semelhança do que sucederá com a outra unidade a ser instalada no Brasil, pois não existem reservas, em qualquer parte do território nacional, que possam suprir unidades

metalúrgicas com produção de 100 mil toneladas/ano de cobre refinado, sem recorrer à importação de minério.

Nesse aspecto, a instalação da metalurgia do cobre, baseada parcialmente em minério concentrado importado de países sul-americanos — Chile, segunda maior reserva — e parcialmente em minério concentrado do próprio Estado, encontraria no Rio Grande do Sul condições sem paralelo.

O consumo mundial de cobre atingiu, em 1975, a 9 milhões de toneladas/ano, sendo 6 milhões provenientes de minérios e 3 milhões de sucatas. O incremento tem sido de 4,5% ao ano e, de acordo com a tendência verificada nos últimos anos, o consumo mundial deverá duplicar em cada período de 14 anos, prevendo-se que atinja a 30 milhões de toneladas no ano 2.000.

As taxas médias de crescimento do consumo de cobre *per capita*, no período 1967/1972, foram de 12,2% para o Brasil.

Cabe destacar, por outro lado, que o teor médio em cobre de minérios explorados vem-se reduzindo gradualmente, como passamos a expor:

ano	teor médio de cobre (%)
1800	5
1900	3
1930	1
1974	0,5

A exploração de minérios de cobre, com teores cada vez mais baixos, tem sido possível devido ao aumento do preço desse metal, bem como em virtude da aplicação de novas técnicas de beneficiamento, dentre as quais cumpre salientar os processos de lixiviação, cuja utilização nos minérios do Estado vem sendo pesquisada, através de convênio entre o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Estado do Rio Grande do Sul.

A implantação da metalurgia do cobre no Estado traria, como consequência natural, o incremento da mineração de cobre, a qual, por sua vez, possibilitaria a implantação de moderna mineração de ouro (freqüentemente associado ao cobre) e cujas pesquisas se mostram francamente promissoras, conforme o demonstram os projetos do Departamento Nacional da Produção Mineral, e os que se encontram em execução por parte da Companhia Rio-grandense de Mineração e de particulares.

Embora a tendência do aumento do consumo de cobre seja do tipo exponencial, o mesmo não poderá crescer indefinidamente, sob pena de esgotamento total das reservas, a curto prazo, mesmo tendo em vista a recuperação a partir de sucatas.

A tendência será a de utilização do cobre em empregos mais nobres, buscando-se metais substitutos para os demais usos, fato que já se verifica, por exemplo, na transmissão de energia elétrica, onde o cobre vem sendo substituído pelo alumínio e a utilização de materiais sintéticos, como o teflon, em buchas de mancais de deslizamento.

Permito-me apresentar a Vossas Excelências outro aspecto interessante relativo ao consumo de cobre, de acordo com o Professor Alexander Sutulov, autoridade de renome internacional no assunto.

Segundo Sutulov, o consumo *per capita* em cobre traduz, de forma aproximada, o desenvolvimento técnico, industrial e social de um país.

Assim, verifica-se que nos países subdesenvolvidos o consumo anual de cobre por pessoa é inferior a 1 kg, sendo maior que esse valor nos países considerados desenvolvidos.

Atualmente, os consumos *per capita* são os seguintes:

Estados Unidos (USA)	10 kg
Europa	7 kg
Brasil	2,5 kg
China	0,3 kg

Como se verifica, a situação do Brasil é razoável no que se refere ao consumo, mas nosso maior problema reside na produção que,

conforme tive ocasião de salientar, é extremamente baixa, justificando plenamente os esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido de aumentar nossas reservas, para que possamos, em futuro próximo, alcançar a tão almejada auto-suficiência.

As maiores reservas mundiais de cobre, em ordem decrescente, situam-se nos Estados Unidos, Chile, Rússia, Canadá, Peru, África, Oceania e Europa.

Resumidamente, a situação mundial é a seguinte, no referente à produção e consumo de cobre:

a) Os países do mundo Ocidental: Estados Unidos, Canadá, África do Sul e países da Europa Ocidental, bem como o Japão e a Austrália, apresentam um déficit de produção que se cifra em 3.000.000 de toneladas/ano de cobre.

b) Os países do bloco comunista, com exceção da República Popular da China, são praticamente auto-suficientes em cobre.

c) Os países em desenvolvimento, notadamente na América Latina, na África e na Ásia, têm excesso de produção de cobre e suprem as carências dos países desenvolvidos.

d) Nomeadamente, são grandes exportadores de cobre os países de Grupo de Exportadores de Cobre (CIPEC): Chile, Peru, Zâmbia e Zaire. Estes países concorrem com 80% das exportações mundiais de cobre.

Quanto ao significado da localização de uma unidade de metalurgia de cobre, com capacidade de produzir 100.000 toneladas/ano de cobre refinado, permitam-me Vossas Excelências que lhes apresente alguns valores:

Assim, o valor do cobre produzido no Estado atingiria, aos preços atuais, cerca de 1,3 bilhão de cruzeiros/ano; impostos, aproximadamente, 8,1 milhões de cruzeiros/ano.

A mineração e o beneficiamento, por sua vez, representarão extraordinário progresso para as regiões onde se situam as jazidas, não só pelas oportunidades de emprego, mas, igualmente, pelo retorno do Imposto Único sobre Minerais.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ultimamente a Imprensa brasileira vem divulgando fatos ocorridos com advogados, em pleno exercício do seu alto mister, que devem ser enfocados a fim de que a Justiça Togada não sofra distorções na sua respeitabilidade nem tenha desfigurada a sua tradicional imagem de sobriedade.

Na oportunidade, passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, noticiário inserido em a **Voz do Paraná**, edição de 16 último sob o título "Juiz prende advogado na auditoria de Brasília".

"Desconhecendo as prerrogativas de um advogado na defesa de seu cliente, e possivelmente impulsionado pela emoção, o juiz Célio Lobão, da Auditoria Militar de Brasília, prendeu esta semana, durante 30 minutos, o advogado José Luis Clerot, que se negou a assinar o termo de depoimento de seu cliente por considerar que dele não constava sequer uma das suas perguntas. A prisão foi relaxada quando Clerot concordou em assinar o termo. Em Assis, SP, o juiz João David mandou prender o advogado Valdo Antunes Ribeiro, que se negou a iniciar uma audiência, depois das 18 horas. A prisão foi decretada embora o advogado tenha apresentado as razões pelas quais não desejava a audiência. Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, o juiz não tem competência

para prender um advogado, uma vez que não possui sobre ele qualquer superioridade hierárquica."

Sr. Presidente, já ensinava Milton Campos que, "onde haja a certeza da reta distribuição da justiça, aí os cidadãos repousam e confiam. A estabilidade social se implanta. A paz pública se firma".

É o caso de se perguntar, até quando?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com sua extensa área territorial, o Brasil é considerado um País continente.

Por esse motivo, necessitamos de grande número de estradas para propiciar a comunicação entre as diversas regiões e localidades brasileiras.

Embora não tenha sido bem planejado, temos um dos mais altos percentuais do mundo em estradas de rodagem, com baixo percentual em estradas ferroviárias e no setor hidroviário.

Assim, nosso principal meio de transporte de cargas é o rodoviário, e desse o mais importante é o carreteiro.

A maior parte desses últimos, são proprietários de um único veículo — geralmente caminhão — comprado em várias prestações (24 a 36), tendo, portanto, com a renda, de saldar as prestações e manter a família.

Essa laboriosa classe encontra-se em grave crise econômica, pois as chamadas transportadoras (uma grande parte possui apenas um escritório montado, sem um veículo sequer) estão cobrando aproximadamente 50% de Comissão na medição da carga.

Solicitamos a S. Ex^a o Ministro dos Transportes, General Dyrceu de Araújo Nogueira, que determine uma maior fiscalização às transportadoras, para que a classe dos carreiteiros não seja tão prejudicada, e possa contribuir — como já o vem fazendo — para a grande obra do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional é o lugar certo e seguro para ecoar o brado do admirável povo fluminense, cuja tradição de cultura, inteligência e alta valia de sua história administrativa, precisa e deve ser respeitada.

Exercendo o meu primeiro mandato, fiz-me eco de todos os reclamos e protestos do povo da Velha Província. E neste interregno, proferi nada menos de 30 pronunciamentos sobre o Governo Faria Lima.

Minhas palavras tiveram o condão mágico de exortar todo o civismo de um povo, pois hoje, até os arenistas levantam as suas vozes contra os excessos, a intolerância, o despreparo e a falta de visão do Governador de meu Estado.

Nada tenho de pessoal contra o Almirante Faria Lima. Entrementes, sou obrigado a reconhecer que S. Ex^a não está à altura da tarefa histórica que lhe foi confiada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

É imperioso ao governante atitudes de nobreza, compreensão, grandeza, indulgência e, sobretudo, reflexão.

Dai, ser forçado a aceitar o provérbio antigo da sabedoria popular e comum, da índole alegre e descomprometida dos fluminenses e cariocas, quando afirmam, com muita dose de razão: "quem nasce para ser vintém nunca chega a tostão".

Com o cuidado que a comparação me merece nestes "brasis" imensos, existem os que nunca podem chegar a "tostão", apesar de assim serem valorizados pelos áulicos e aqueles que buscam erigir-lhes pedestais.

Digo-o, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não por lazer oposicionista, mas por dever que me cumpre de defender o meu povo contra a diatribes de governantes, que não se submetem ao crivo popular, por isso, no seu egocentrismo, tornam pernicioso e prejudicial uma tarefa histórica que lhe foi confiada.

O Governador Faria Lima, em recente pronunciamento, disse que seu maior desafio era promover a fusão — pois faça-a! — sem mais delongas.

Saiba S. Ex^a que fusão não é desunião, não é discórdia, não é divisão, não é desorientação; é um somatório de coisas ou pessoas que buscam, desusadamente, a construção de um Estado grande, poderoso, respeitado, digno de seus valores mais autênticos.

Fusão é integração; é soma daqueles que aceitaram o desafio histórico de contribuir, ajudar a construção da grandeza e do bem-estar do povo fluminense.

Feliz daqueles que não renegam a sua origem e o seu passado e que da convivência respeitável, lhana, culta e de reais méritos, que constituem a Magistratura fluminense, cheguem a esta Casa.

Honro-me, sobremaneira, desta admirável familiaridade, não postergando o meu passado e dele tirando lúcidas e incomparáveis lições, que colaborarão no gigantismo do futuro de meu Estado, como de resto, em favor de todos os brasileiros.

Lastimo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ter mais uma vez que voltar a esta tribuna para, reiterando pronunciamentos anteriores, focalizar a situação de profundo desmerecimento a que foi relegada a Magistratura fluminense, que permanece tisonada e aviltada em sua dignidade, mercê das posições de intolerância assumidas pelo Sr. Governador Faria Lima.

O aviltamento decorre da desunião provada por S. Ex^a na Magistratura.

Tenho e terei sempre perfeita noção do princípio de interdependência entre os Poderes.

Respeito o Executivo e o Judiciário, como poderes harmônicos e independentes.

Mas não posso calar-me, quando me apercebo da campanha insidiosa promovida pelo Sr. Governador contra a Magistratura de meu Estado.

Já disse e repito-o agora: S. Ex^a não tem o direito de subscrever pedido de Reconsideração ao Conselho da Magistratura, e pior que isso, assiná-lo. Isso significa dizer usurpação, falsa qualidade, despreparo, falta de conhecimento para o exercício do cargo e da tarefa que lhe foi outorgada, carência de respeito a princípio constitucional, invasor que é da seara alheia, merecendo todas as críticas, pois, sabido ser a Justiça a pedra angular de toda a nacionalidade. Indubitavelmente, com tal procedimento, S. Ex^a insiste em ver diminuído os valores fluminenses, transformando-se, por consequente, no Arquitecto do caos, marcando a desorientação de seu Governo.

Quando S. Ex^a estabelece tratamento diferente para os Juizes da ex-Guanabara, em relação aos do antigo Estado do Rio, expressa tão-somente, a vontade de agir ao arrepio da lei, manifestação que não causa espanto, posto que outro não tem sido o procedimento do Governador, em todos os aspectos de sua administração, carente de dinamismo e grandeza. Ao desrespeitar as leis, o Almirante Faria Lima está a confirmar a assertiva de Platão, segundo a qual: "Há Governos que nas leis nada mais vêem do que instrumentos de sua autoridade".

Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Governador não deseja, de modo algum, que os juizes fluminenses percebam os mesmos vencimentos e vantagens que os magistrados da ex-Guanabara.

Tão gritante é a situação que um breve exemplo basta para ilustrar a Casa e o povo brasileiro: o Desembargador Nicolau Mary

Júnior, cuja humildade, cultura e valor são alardeados e consagrados, chegou ao mais elevado posto do Judiciário do antigo Estado do Rio, após começar a vida na condição de Escrevente de Justiça. Pasmem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sempre convocado, o magistrado, em questão, age com idênticas prerrogativas asseguradas aos Desembargadores efetivos, contudo percebe vencimentos de dezoito mil cruzeiros, enquanto os seus colegas são contemplados em quarenta e oito mil cruzeiros. Pois bem, os vencimentos percebidos por aquele festejado Magistrado são inferiores aos que vêm sendo pagos aos Juizes-Substitutos da antiga Guanabara. Alguns deles ingressaram na Magistratura em 14-3-75, véspera do início da fusão.

O Governador do Estado do Rio, sem critério algum, baseado no nada, decidiu colocar em disponibilidade quatro dos mais ilustres Desembargadores fluminenses — Jalmir Gonçalves da Fonte, José Pellini, José Argeo Barroso e Enéas Marzano, evidenciando conseqüências de vários matizes para com os nobres magistrados. Isto porque o Desembargador Argeo Barroso veio a falecer, tão logo ciente do ato governamental, desgostoso com a injustiça contra ele perpetrada. Já o Desembargador Marzano recebeu a justa consagração, através de Ato de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, nomeando-o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, num desagravo público a um homem cujo talento e cultura transpõem as fronteiras da Velha Província.

Antes da fusão, a antiga Guanabara mantinha apenas duas situações na Magistratura: Juizes de Direito e Juizes Substitutos, estes em início de carreira. No ex-Estado do Rio de Janeiro, iniciava-se na 1^a entrância, chegava-se à 2^a, para finalmente galgar a 3^a entrância, condição indispensável para o acesso ao Tribunal de Alçada ou ao Egrégio Tribunal de Justiça. Realizada a fusão, entenderam de criar uma Entrância Especial, constituída dos Juizes de Direito da antiga Guanabara e dos Juizes de 3^a entrância do ex-Estado do Rio. Os antigos Substitutos da Guanabara passaram a Juizes de 2^a, juntamente com os de idêntica entrância da Magistratura fluminense. Conseqüentemente, os magistrados de 1^a entrância do ex-Estado do Rio continuaram na posição já assentada.

Gritante é a contradição, quando Juizes Substitutos são equiparados a Magistrados de 2^a entrância, deixando em posição inferior os Julgadores de 1^a, estes mais credenciados na hierarquia judiciária.

E tem mais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na reformulação incluiu-se mais um critério qual seja: nas vagas de Juiz de Direito da Entrância da Capital, os Juizes Substitutos da antiga Guanabara terão preferência sobre os do antigo Estado do Rio.

Concedida a pretensão, objeto da Representação 933 — oferecida ao Supremo Tribunal Federal pelos Juizes do antigo Estado do Rio — determinou aquela Excelsa Corte a extirpação de anomalia preteritória ao direito daqueles magistrados.

Eis se não quando, na nova redação, continua havendo proibição de remoção dos Juizes oriundos do antigo Estado do Rio à Comarca da Capital.

Daí dizer-se que a Cidade do Rio de Janeiro, para os antigos Juizes do Estado do Rio, tornou-se como Pequim de outrora, a cidade dos privilégios, inatingível.

Alega o Governador do Estado que não pode solucionar a questão e nem pagar igualmente a todos os magistrados em virtude de carcer de legislação. Mas não estabelece a paridade, não acaba com a discriminação, quando bem sabe ser bastante o envio de Mensagem à Assembléia Legislativa, pois as leis são feitas por iniciativa de quem de direito, conforme o estabelecido na Constituição.

E se assim não for, que S. Ex^a busque ajuda do Senhor Presidente da República, que não lhe tem faltado, reconheça-se, para a edição de ato capaz de eliminar, de uma vez por todas, esta distorção odiosa e insuportável.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a situação da magistratura no Estado do Rio de Janeiro é tanto mais grave, quando até o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça incorre em atitudes que estão a merecer uma explicitação, para a preservação dos valores morais que tonificam o procedimento dos Magistrados. O fato é que os Desembargadores do antigo Estado da Guanabara requereram o pagamento de uma gratificação extinta em 1969. Conseguiram o seu intento, aparecendo nos contra-cheques de todos os Desembargadores a referida gratificação como "vantagem pessoal".

Se tal fato aconteceu, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, por que não agir da mesma forma com relação aos Juizes do antigo Estado do Rio de 1ª Instância?

Somente a inércia e a falta de visão do Governador do Estado justificam a desunião da magistratura na mais nova Unidade da Federação, aumentando ainda mais o sofrimento da população, que está tendo o desate de suas lides, feito por Juizes preocupados com o dia de amanhã, com a segurança de seus filhos e com a dignidade que o cargo exige.

Já senti, reiteradas vezes, a preocupação de Juizes da antiga Guanabara, que desejam a equiparação e a conseqüente integração da Magistratura. Volverei ao assunto para comentar representação oposta por 115 Juizes do antigo Estado do Rio, que buscam, através do Excelso Pretório, o reconhecimento de seus impostergáveis direitos.

Dai por que, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ser obrigado a lançar um desafio ao Sr. Faria Lima: comece a Fusão, promovendo a integração da Magistratura, dando uma prova de grandeza, de reflexão e de visão no exercício do cargo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está esgotado o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 57, de 1975 e 9, de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 39, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa, altera disposições fiscais previstas no Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo, que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 89ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian

Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darclício Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Car-

valho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leonidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB; Dayl de Almeida.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airtón Sandoval — MDB; Airtón Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio de Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti —

ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, na sessão vespertina da Câmara, protestei com violência contra a importação de feijão e sugeri ao Governo que, ao contrário do que vem fazendo, deve estimular o produtor, pagando preço justo pela saca de feijão. A falta desta providência — tantas vezes reclamada — é que está desestimulando o plantador e, conseqüentemente, reduzindo a produção. Eis o que informa a imprensa:

“SITUAÇÃO DO FEIJÃO

O feijão preto, muito importante em nossa alimentação, é que continua em queda, principalmente em virtude do incremento da produção de soja em áreas onde antes ele era cultivado.

Para o corrente ano, a primeira safra apresenta as seguintes estimativas: área de 135.300 hectares, produção de 780 kg/ha. A previsão da segunda safra é de 43.000 ha de área, 32.000 toneladas de produção e rendimento de 746.

Em 1970, a situação do feijão era a seguinte: área de 259.767 hectares, rendimento 943 kg/ha e 245.031 toneladas de produção. No ano passado: área de 187.653 hectares, rendimento 829 kg/ha e produção de 155.624 toneladas.”

E, com relação à carne, a despeito de todos os protestos, vai ocorrer o mesmo: a carne será importada. Sobre o assunto a imprensa informa:

“Uma nova importação de carne uruguaia pelo Brasil provocou, nos últimos dias, um intenso debate entre todos os setores interessados, envolvendo desde os frigoríficos, diretamente interessados na operação, até pecuaristas e autoridades governamentais, de acordo com estas informações, o Brasil importará 50 mil toneladas em regime de Draw-Back, ou seja, para posterior exportação com o produto já industrializado e enlatado.

Criticada pelos pecuaristas, que a consideram um novo desestímulo à pecuária de corte, a importação, autorizada pelo Governo, beneficiará diretamente quatro grandes frigoríficos, três dos quais multinacionais: Bordon, Comabra, Swift-Armour e Anglo. Dentro do esquema acertado, estas indústrias comprarão carne de dianteiro (de segunda qualidade) no Uruguai, cujos preços são inferiores aos do mercado brasileiro, para industrializar e depois reexportar.

A reação dos pecuaristas parece ter provocado um adiamento da operação, que acertada agora, será consumada no início da entre-safra brasileira, no mês de julho. Pecuaristas de Minas e Porto Alegre afirmaram que o “fato representa menos compras no mercado interno, onde o preço da arroba já não atende integralmente as necessidades do setor”. Para a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, “esta importação de carne do Uruguai vem tumultuar o mercado interno, causar apreensão e desestimular o produtor nacional, pois é claro que a importação se fará em detrimento de igual volume que poderia ser abatido aqui.”

O grande argumento invocado para a importação de carne do Uruguai é que ela custa menos. E custa mesmo. Mas, por quê? Porque além da racionalização da pecuária e das pastagens nativas, funciona no Uruguai o Plano Agropecuário, órgão que tem por objetivo aumentar e aprimorar a produção de carne, de lã e de leite. Basta dizer que a média de desfrute dos rebanhos pecuários daquele país anda na casa dos 18% e no nosso não atinge 11%. Por outro lado, com um rebanho de 15 milhões de cabeças de gado, produz 300.000 toneladas de carne. Que se faça isto também no Brasil e os problemas da pecuária, em sua quase totalidade, serão resolvidos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Sr. Ministro dos Transportes dignou-se de prestar informações, agora, sobre discurso que proferi desta tribuna em 21 de novembro do ano próximo passado, quando critiquei a política adotada, onde o econômico prevalece sobre o humano, face às precárias condições de grande número de estradas brasileiras construídas com material barato, resultando no elevado índice de acidentes de trânsito, com perda de preciosas vidas, devido aos leitos esburacados, falta de sinalização, etc.

Exemplifiquei com o lastimável estado em que se encontra a BR-40, antiga Rio—Petrópolis, e a variante do contorno de Petrópolis—Rio, estranhando ainda que o DNER antes de preocupar-se com a vida dos usuários dessas estradas pessimamente conservadas, cogitasse de cobrar pedágio.

Assim, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, passo a ler o expediente recebido do Ministro dos Transportes, através de sua Assessoria Parlamentar, lamentando apenas a longa decorrência

de tempo e o completo silêncio sobre os demais tópicos do meu modesto discurso:

OF/DG/424

5 de março de 1976

Do: Substituto do Chefe do Gabinete do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Ao: Assessor Parlamentar do Ministro dos Transportes.

ASS.: Queda de "barreira", na Variante de Contorno de Petrópolis.

REF.: Procs. nºs 59.540 e 59.535/75-DNER

ANEXO: Recortes do DCN, citados.

Senhor Assessor Parlamentar,

Com referência aos pronunciamentos dos Exm^{os} Srs. Deputados Leônidas Sampaio e Peixoto Filho, objeto das Papeletas nºs 465 e 458/SAL/GM/BSB e publicados, respectivamente, nos DCN 152 e 148/75, cujos recortes ora restituímos a V.S^a, cumpre a este Departamento prestar os seguintes esclarecimentos:

Realmente ocorreu o lamentável acidente, como vem acontecendo na estação chuvosa outros deslizamentos e quedas de barreiras na rede rodoviária federal e estadual do País.

Infelizmente, a previsão desse fato escapa completamente ao observador, entre outras, pelas seguintes razões:

a) ocorreu cerca de dezoito anos após a abertura do corte, o que representa um prazo muito dilatado para se temer uma ocorrência desse gênero;

b) a queda, no local, de algumas pedras não tem a menor relação com o deslizamento ocorrido, que foi de grande porte e profundidade. Essas quedas ocorrem em toda encosta, e a sua remoção é operação comum de conservação.

Como é normal na construção de uma estrada, os estudos precedidos antes da construção do trecho em referência chamam a atenção por tratar-se de região difícil sob o ponto de vista geológico e topográfico. Quanto ao aspecto da encosta, em nada se modificou através dos anos, após a construção, de modo a apresentar indícios de possíveis deslizamentos, porquanto a alteração da rocha é processo geológico demorado, não se podendo apreciar num período tão curto de tempo.

Enfim, é difícil a previsão de desmoronamentos num determinado trecho da estrada, mesmo nas condições descritas, isto é, difícil geológica e topograficamente.

As obras de proteção da encosta estão em pleno andamento, praticamente concluída a primeira proteção e iniciada a segunda.

Prevalecemos-nos do ensejo para reiterar a V. S^a protestos de distinto apreço e consideração.

Eng^o David Elkind Schwartz, Substituto do Chefe do Gabinete.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ocasião da conclusão do Curso das Professoras no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Bezerros, Pernambuco, tive oportunidade de apresentar mensagem em que debatia o problema da educação no Nordeste.

Peço a V. Ex^a autorizar a inclusão dessa mensagem em meu discurso, para efeito de publicação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Ex^a será atendido.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE) — Agradecido a V. Ex^a

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GERALDO GUEDES EM SEU DISCURSO:

Sr. Prefeito, minhas Senhoras e meus Senhores:

Eu me sinto verdadeiramente feliz, além de honrado, por ter vindo de tão longe para ser o paranifo desta turma de concluintes.

É uma rara oportunidade que tenho, não só de me dirigir diretamente à juventude de Bezerros, que vive hoje a fase em que a gente já viveu e que é mais de sonhar do que de querer; mas também eu me felicito pela ocasião que tenho de falar às lideranças desta velha cidade, cujo passado tanto se reflete e se encontra na história de nosso glorioso Pernambuco.

Em primeiro lugar, peço licença a vocês para explicar-lhes que falo como **político**, num tom e numa linguagem diferentes daquelas que usamos nas campanhas, embora o conteúdo da mensagem seja o mesmo. Apenas esclareço que aqui não estou falando às massas, evidentemente, mas aos setores estruturais de nossa sociedade. E como político, porque é nesta condição que me encontro diante de vocês.

Sei que sou acusado de poucas vezes aparecer aqui e não ser encontrado lá embaixo, no centro comercial, onde geralmente se encontram os políticos da terra. Na verdade, tem procedência esta acusação. Eu não frequento o centro, nem venho à praça com assiduidade, e poucas visitas tenho feito a cidade. Isso me prejudica, — sei eu — mais a mim do que a vocês, porque fico privado duma comunicação mais freqüente, dum contacto mais constante com as famílias, com as classes, com as pessoas, com as autoridades e com o povo da terra. Peço desculpas a todos por isso. Mas por outro lado se assim não fizesse, não teria condições de realizar o trabalho que muito me orgulho de haver feito neste município, em favor do bem coletivo. Talvez outro homem público pudesse ter realizado, neste ou em qualquer outro município, o que consegui obter para esta terra. Não o conheço todavia. Ainda mais, quando penso que o fiz **sozinho**, lá na minha trincheira federal, dividindo o tempo de minha atividade parlamentar com a ação de obter as coisas para Bezerros, e para mais dez municípios dos quais sou representante político, quase exclusivo.

Se aqui viesse e passasse sempre duas, três vezes por mês, palestrando, conversando, "batendo papo", como se diz, acredito que não tivesse construído os 16 grupos escolares, ou mais, noutro município; nem tivesse eletrificado quatro (4) povoados. Não teria tempo, sem dúvida, de construir, organizar e fazer funcionar Postos de Saúde nos Distritos, campos de futebol, casas de farinha e até cooperativas. Tudo, na verdade, muito simples e singelo, mas que atende ao povo pobre e humilde do campo, para o qual sempre estão voltadas as nossas ações.

Querem ver um exemplo? Aí está o Hospital Jesus Pequenino, que nasceu duma idéia generosa e pura do Alcides de Andrade Lima. O trabalho, as decepções que nos deu, para chegar ao ponto em que chegou e que agora, mercê de Deus, vai vindo a melhorar, eram para desanimar qualquer cristão. Entretanto vencemos as dificuldades e acreditem que funcionando, há 5 anos, já atendeu a mais de 60.000 pessoas. O tempo que não passava aqui, em meio a vocês, eu estava pois a empregá-lo para conseguir as verbas, o equipamento, o pessoal, a boa administração, etc... Rigorosamente, eu lá fora, cuidando das coisas do município e da região, **estava muito mais próximo de vocês** do que se aqui estivesse, pessoalmente, desfrutando de uma boa conversa, com o pessoal inteligente e educado, que compõe os quadros sociais e políticos da Sociedade de Bezerros.

Agora mesmo, estou concluindo o trabalho de quase um ano, duro e pesado, em favor deste Colégio, que é uma instituição centenária e que se encontra sem condições para enfrentar os próximos anos! Organizei, com as freiras de sua congregação, um projeto que já foi analisado e debatido, no sentido de transformá-lo num centro maior

de educação e de orientação profissional, para servir a toda região do Agreste.

Espero ainda este ano, a ajuda financeira, de Plano Federal, conforme já é do conhecimento de sua direção, para iniciarmos a grande e profunda mudança em sua estrutura, afim de que, reformado e reconstruído, se torne num **centro democrático de cultura**, isto é, seja uma casa de todos, recebendo a participação voluntária e lúcida de cada um, em favor da comunidade; seja um serviço público de educação permanente e de formação profissional. Temos de apelar para a iniciativa criadora de todos, pedindo idéias a vocês, a contribuição espontânea, para criarmos aqui uma nova estrutura educativa. As mães de famílias, as donas de casa, as moças solteiras, os estudantes, as jovens, tanto quanto os pais de famílias, poderiam pensar no que significa este Colégio para o município e para a Região, certos de que isto é importante para todos. Então pensassem numa forma nova de defendê-lo e de salvá-lo. Porque, convém que lhes diga: o desenvolvimento, sobretudo em algumas fases, desordenado quanto parece, mais que um crescimento automático, um crescimento orgânico, não tem contemplação alguma. Passa por cima de tudo. Se o Colégio não tiver base, para acompanhar este novo esforço, pela reforma educacional, não poderá resistir e baqueará, inexoravelmente. Então, vão ter a noção exata de quanto ele representava e quanto valia em nossa vida. Mas aí, Inês é morta...

O meu papel de político, nesta hora, em que me dirijo à sociedade de Bezerras, aqui reunida, é adverti-los, a todos, do perigo que está prestes a se consumir e que a nós, cabe o dever de pelo menos, conhecê-lo, para poder enfrentá-lo.

Para mim a Escola do Desenvolvimento não é apenas alfabetizar. Embora até hoje tenha sido assim.

O resultado dessa orientação e dessa filosofia, é que em nosso Estado, Pernambuco, 46% da juventude, entre 10 e 19 anos, não sabe ler nem escrever!

Temos de informar uma outra orientação pedagógica que se traduza na criação de novas estruturas educativas. Vamos começar pela prioridade absoluta à educação de pequena infância, favorecendo o desenvolvimento natural de cada criança, naquela faixa de idade em que se funda o princípio da igualdade de chances.

Teríamos, então, um departamento onde se reuniriam todas as crianças que deveriam ficar numa creche ou num jardim de infância, ou numa escola maternal.

A partir dos 6 anos até o fim da escolaridade obrigatória, o Colégio generalizaria, sem qualquer distinção, um nível de compreensão da sociedade, suficiente para distinção das realidades básicas da vida, preparando eficazmente para o exercício duma primeira atividade profissional, com as mutações inevitáveis. Numa terceira etapa, a utilização de técnicas modernas e a renovação de métodos de ensino, deveriam permitir a cada estudante revelar suas possibilidades, o mais possível, aproveitando uma linha de cooperação e de estímulo ao trabalho de grupo.

A orientação, primeiramente escolar, e depois profissional, seria para cada um, o resultado de seu trabalho, de sua tomada de consciência pessoal, de suas possibilidades, de sua vocação permanentemente demonstrada. Daí por diante, a missão do Colégio seria a de estreitar sempre as relações com as Empresas, através de convênios e acordos, por onde ficasse garantidas colocações e **trabalho** para os jovens eficazmente preparados.

Atualmente, fala-se muito na pobreza do Nordeste. É um diagnóstico perfeito. Mas qual a causa desse empobrecimento? Será a falta de educação? Realmente os dados oficiais estatísticos nos revelam que 57% da população nordestina, isto é, 17.100.000 pessoas dos trinta milhões, estão na idade de 0 a 20 anos, ou seja:

10 milhões de 0 a 10 anos,

7.100.000 de 10 a 20 anos e que 45%, ou seja 13.550 mil são analfabetos?

O que causa o empobrecimento e miséria do Nordeste? Será a má redistribuição dos incentivos fiscais? Será o confisco CAMBIAL,

não se pagando aos nossos produtores agrícolas o justo preço que é devido às matérias primas?

Será que estamos assim porque a nossa população explode em saltos gigantescos e se concentra em grandes polos urbanos? Será a elevação da Carga Tributária sobre o que produzimos? Será ainda como pensam alguns, a falta de uma política de comercialização para nossos produtos?

É uma verdade que tudo isso, ao meu ver, tem concorrido para o deplorável estado em que nos encontramos. São fatores de nosso empobrecimento. Mas a causa de tudo, segundo penso, está na falta de trabalho, pois para mim somente o trabalho produz riqueza e dá ao homem a segurança de uma vida útil para si, para a sua família e para a comunidade onde vive. Sem o trabalho não há progresso que surja, grandeza que perdure, nem entusiasmo que resplandeça.

Os grandes países que se desenvolveram no mundo o fizeram à custa do **Trabalho bem desempenhado** em que cada um realiza a sua tarefa, de acordo com a sua profissão. Grandes nações são aquelas que o sapateiro não deseja ser bacharel e em que o médico não quer ser economista. Mas, antes, todos desejam realizar bem a sua profissão, dentro de seu **trabalho**. Para isso, porém, foi preciso que as escolas e os colégios se compenetrassem de que a aquisição do saber e o desenvolvimento das competências se devem prolongar na vida ativa pela educação permanente, em que a meta maior consiste na formação profissional, em que o homem sente desenvolvidos todos os aspectos de sua personalidade. Assim poderia dispor do trabalho, para o qual demonstrou vocação, capacidade e idealismo.

Este, a meu ver o destino que poderá tomar o Colégio N. Sra. das Dores, sem afastar-se de sua inspiração cristã e de suas tradições centenárias, de fé e de espiritualidade: Formar gente para o **trabalho**. Tornar-se uma escola profissionalizante, capaz de entregar à sociedade um pessoal apto e em condições de bem desempenhar o seu trabalho, tendo em vista o Bem Comum

A vocês que concluem, agora, uma parte apenas, dum tempo tão maravilhoso como é o curso ora encerrado, eu desejo, que pense sobre essas idéias, e se torne agentes desse novo desafio, lutando pelo estabelecimento dum outro quadro educacional, fundado, heroicamente, no dever do amor ao próximo e no respeito à dignidade da pessoa humana.

A sociedade democrática há de ser conduzida muito mais por vocês que são jovens, do que por nós, que estamos na hora de lhes passar o comando, e por isso acreditamos muito no que poderão fazer, com esforço comum, com união sincera, com a confiança generosa, com a fé secular, com democracia, porque, conforme acentuara Kennedy, se "a ordem democrática não for capaz de defender os pobres que são muitos, não terá forças para salvar os ricos que são poucos."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No mês de abril, apresentei o Projeto de nº 2.032, de 1976, que torna obrigatória a inscrição de preços nas máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências.

Sr. Presidente, o objetivo essencial desta proposição apresentada por mim é proteger o consumidor, no caso, o agricultor, que é obrigado a pagar preços elevadíssimos pelas máquinas e demais implementos agrícolas.

Em verdade, como é de amplo conhecimento, não há, no Brasil, organismos de proteção ao consumidor que, dessa forma, se torna presa fácil da ganância irrefreável de comerciantes inescrupulosos.

Pois bem, as máquinas e demais implementos agrícolas, no atual contexto, apresentam preços elevadíssimos que variam de acordo com a localidade e até com o estabelecimento comercial.

Assim, temos para nós que se impõe, como imperativo de defesa do consumidor e, inclusive como fator indireto de barateamento da produção agropecuária, que os fabricantes de máquinas e implementos agrícolas sejam compelidos a consignar o preço de fabricação e de comercialização nas respectivas embalagens desses produtos.

Com a adoção dessa medida, tal como está preconizado neste projeto, o preço de venda das máquinas e implementos agrícolas será uniforme em todo o território nacional, não podendo variar em conformidade com o local ou o estabelecimento comercial. Ainda estabelece a proposição que, na indicação dos aludidos preços, deverá constar o número e data do expediente de aprovação do Conselho Interministerial de Preços. Dispõe, ainda, que serão aplicadas penalidades aos infratores, a fim de que a medida tenha a indispensável eficácia. Nesta conformidade, por configurar a propositura medida de proteção ao consumidor, que trará importante repercussão de caráter econômico em nossa produção agropecuária, esperamos mereça a aprovação e apoio de nossos nobres pares. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Através das Mensagens nºs 46 e 47, de 1976-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso os textos dos Decretos-leis nºs 1.465 e 1.466, de 1976.

Com vistas à leitura das matérias, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, dia 24, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs:

57, de 1975, que altera a redação do parágrafo único do artigo 92 da Constituição; e

9, de 1976, que estabelece o serviço militar voluntário em tempo de paz a todos os brasileiros, tendo

PARECER, sob nº 27, de 1976-CN, da Comissão Mista, pela rejeição das Propostas, com voto vencido do Deputado João Menezes.

Antes de colocar a matéria em votação, cabe à Presidência prestar alguns esclarecimentos ao Plenário.

As propostas, ora em exame, embora versem sobre a mesma matéria, diferem, entretanto, no que tange à sua regulamentação.

A de nº 57, de 1975, tem conteúdo mais restrito em relação à de nº 9, de 1976. Regula, assim, esta última a matéria em termos mais amplos.

De acordo com Art. 284. Item II — do Regimento do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum, tem precedência na votação a proposição que regule a matéria com maior amplitude. Em cumprimento à norma regimental, portanto, a Presidência deveria submeter à votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1976.

Acontece que, pela presença dos Srs. Congressistas, no Plenário, é evidente a falta de **quorum** para votação de uma Emenda Constitucional.

Face à evidência, nos termos do Regimento Comum, a Presidência adia a votação e declara encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50